

a participação das pesquisadoras Maria Jussara e Regina Míoto. Nele, são apresentados dados referentes à produção bibliográfica e técnica de docentes, discentes e pesquisadores vinculados aos programas de mestrado e doutorado do Serviço Social. É possível constatar que a Região Sudeste sozinha concentra 42,35% da produção bibliográfica dos programas de mestrado e doutorado existentes no Brasil. A Região Nordeste é responsável por 34,6% das publicações; a Região Sul, por 18,43%; a Região Centro-Oeste, por 4,67% e a Região Norte contribuiu com 0,5%. O fato de a Região Sudeste concentrar a maioria dos programas em Serviço Social é um dos elementos que podem ser considerados para compreender a disparidade dos números de publicações segundo regiões.

As principais de linhas de pesquisa dos programas e os temas e objetos de estudos mais pesquisados também são explorados no capítulo III. A área da “saúde” ocupa a sétima posição entre os temas mais pesquisados nos programas de mestrado e doutorado. Os projetos de pesquisa ocupam-se, principalmente, da análise da estrutura do SUS e a defesa de direitos dos usuários. Questões previdenciárias, saúde do trabalhador, HIV/AIDS, saúde mental e saúde do idoso também são áreas que revelam interesse crescente dos pesquisadores do Serviço Social. Apesar da diversidade de temas pesquisados, a produção teórica tem pouca visibilidade, em virtude, sobretudo, da ausência de periódicos indexados.

As autoras destacam a importância de os pesquisadores do Serviço Social investirem na indexação dos periódicos. Sugerem a criação de uma Revista Nacional dos Programas de Pós-Graduação que seja indexada e apresentam o exemplo da revista *Serviço Social & Sociedade*, um periódico clássico do Serviço Social brasileiro, que tem investido esforços a fim de se tornar indexado. Tais estratégias são apontadas como caminhos úteis para que os pesquisadores da área aperfeiçoem o canal de comunicação com a comunidade científica nacional e internacional. O livro apresenta um quadro analítico da pesquisa em Serviço Social, bem como o papel que agências como a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desempenham no sentido de analisar os rumos da pós-graduação brasileira e traçar diretrizes que possibilitem avançar na produção do conhecimento.

Cristiano Guedes
Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero,
Brasília, Brasil.
cguedes@unb.br

A CURA DA RAÇA: EUGENIA E HIGIENISMO NO DISCURSO MÉDICO SUL-RIO-GRANDENSE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX. Silveira E. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo; 2005. 173 pp.

ISBN: 85-7515-321-8

Uma das questões recorrentes nos estudos sobre a constituição da identidade brasileira na passagem do século XIX para o XX diz respeito ao processo da filiação de correntes do pensamento nacional a similares europeus. Assim, termos como “influência”, “assimilação”, “imitação” e “adaptação” povoam esses trabalhos. Tomado de forma acrítica, o postulado da “absorção das idéias estrangeiras” pode nos levar a uma concepção enganadora: a de que o Brasil não seria nada mais do que um entreposto de produtos culturais provindos do exterior. Sem um exame mais cuidadoso em relação ao significado de “cópia”, a própria discussão sobre a identidade brasileira perderia muito do seu significado. Se há uma identidade nacional, é preciso mostrar em que consiste o *nacional*. Além do mais, sem essa preocupação, como seria possível diferenciar um autor de um outro? É necessário observar que qualquer processo de “assimilação” é realizado mediante uma determinada fusão entre elementos considerados pertinentes a um sistema teórico de partida e o contexto ou “tradição” sócio-político para o qual as idéias são importadas. O livro do historiador gaúcho Êder Silveira tem este mérito: caracterizar a *originalidade* das leituras de textos europeus em território nacional. O principal argumento que está subjacente no seu estudo é o de que a incorporação de idéias européias deu-se de forma seletiva e plenamente instrumentalizada.

O objetivo principal do livro é refletir como a intelectualidade brasileira na passagem do século XIX para o XX estabeleceu uma utopia do ideal nacional a ser realizada no futuro. Procurando identificar e caracterizar as trilhas pelas quais a “Geração de 1870” construiu narrativas sobre o ser brasileiro, o autor analisa como o discurso médico, articulando a eugenia e o higienismo, possibilitou (re)pensar a “identidade nacional”. O argumento fundamental é o de que, naquele período, as “construções narrativas” sobre a identidade brasileira ressaltavam a “diferença” na fixação de papéis sociais e de estereótipos de amplas camadas da população. Essas narrativas eram sustentadas pelo evolucionismo darwiniano e pelo “racismo científico” da época, contudo a incorporação de idéias estrangeiras pelos nossos intelectuais deu-se por processos de “misturas e hibridações” (segundo as palavras de Serge Gruzinski). Com isso, a *intelligentsia* brasileira terminou por criar um discurso ambíguo, em decorrência da originalidade com que o projeto homogeneizador dos modelos eurocêntricos foi introduzido em uma realidade social não homogênea – um “entrelugar”, no dizer de Homi Bhabha –, constituída pela presença de sujeitos diferenciados que tiveram suas trajetórias cruzadas em

um mesmo espaço e tempo. Nesse processo, o discurso médico higienista-eugenista procurou apontar caminhos para extinguir tais diferenças e, assim, alçar o país às condições de “civilização”. “*Ainda que discordassem quanto aos caminhos a serem percorridos, os médicos brasileiros, dispostos a não perder as esperanças em relação à reabilitação do brasileiro, elegeram como alvo a doença, ou seja, há uma possibilidade de reabilitação, na medida em que a doença simboliza a transitoriedade, ao contrário da degeneração racial, que significa condenação perpétua ao atraso*” (p. 159).

O trabalho está dividido em três capítulos. O objetivo do primeiro, *Artefatos*, é apresentar brevemente os nexos entre a ciência e a cultura da época. Por intermédio das teorias evolucionistas e raciológicas, a biologia tornou-se a ciência paradigmática do período, constituindo-se como fonte germinal para a concepção eugênica. A própria idéia de nacionalidade era uma variação antropológica do conceito de raça, “*dessa forma naturalizando a cultura e compreendendo-a dentro de um espectro cientificista e racializado, que tornou possível a identificação de tipos raciais e de escalas valorativas entre eles*” (p. 32). Detendo-se com mais cuidado nos olhares de Gobineau, Louis Agassiz e Darwin – em virtude da influência que esses cientistas exerceram na reflexão racial desenvolvida no Brasil –, Éder Silveira volta-se para a questão da hereditariedade, particularmente para a de “herança miscível” (idéia de que a evolução, a médio espaço de tempo, deveria levar à igualdade entre as raças pela supressão gradual da diferença na marcha evolutiva). Tal concepção “salvaria” a mestiçagem, responsável pela ruína de uma nação. Assim, pela voz da ciência e em nome do progresso humano, era possível eliminar tecnicamente as “vidas indignas” dos cidadãos, sem que isso fosse considerado um homicídio. Para tanto, seria necessário que o Estado e a sociedade tomassem certas providências, como a de desenvolver uma “política eugenista de imigração”. Em um país como o Brasil, marcado pelo olhar lúgubre sobre a composição racial como entrave ao progresso, a teoria da “herança miscível” despertou expressiva euforia na nossa produção literária e científica do final do século XIX.

O segundo capítulo, *Contatos*, focaliza a complexa entrada, no território brasileiro, das teorias “científicas” sobre o racismo e a forma como os padrões culturais e morais do país constituíram um desafio às lógicas mestiças do pensamento europeu. É o capítulo central do estudo.

Ao discutir o significado do “tipo brasileiro essencial” sob bases “raciais” e “singularidades do meio tropical”, a intelectualidade brasileira propôs um conjunto de projetos de intervenção social, passando, com isso, a chamar a atenção para a necessidade de se conhecer melhor o interior do país e seus complexos processos de mestiçagem. Euclides da Cunha foi pioneiro nesse processo. O discurso médico-eugênico e higienístico foi tomado como um modelo científico para diagnosticar a nação. Desenvolvido pelo inglês Francis Galton, o discurso eugênico estava assentado na tese de que o papel da hereditariedade era fundamental para a formação de “tipos humanos diferenciados” e, conseqüentemente, para a degeneração. Sob a orientação dos cientistas, caberia ao Estado estimular a união entre casais com saúde perfeita (eugenia positiva) e determinar os grupos dos “anormais” ou degenerados, restringindo-lhes o casamento ou mesmo esterilizando-os (eugenia

negativa). Mas, como argumenta Éder Silveira, ao contrário da idéia de degeneração racial que está implícita nas concepções eugenistas-higienistas (portanto, uma condenação perpétua ao atraso), a intelectualidade brasileira viu nesse discurso uma alternativa salvacionista para os males provocados pelas condições raciais existentes. Ou seja, o atraso brasileiro era fundamentalmente uma questão de doença (e descaso) – uma questão transitória, médica e política, portanto –, e não de degeneração racial. “*Optar pela doença significava apostar na reversibilidade dos ‘problemas brasileiros’*” (p. 96). Assim, ao eleger a doença como a principal problemática do país, a intelectualidade nacional reabilitou as esperanças de se construir um novo e sonhado “ser brasileiro”, desde que o Estado, sob o olhar atento dos médicos, desenvolvesse uma política de “tratamento” e “cura”. Monteiro Lobato, através dos seus livros *Urupês* (1915) e *Problema Vital* (1918), juntamente com a criação da Liga Pró-Saneamento e da Sociedade Eugênica de São Paulo, ambas fundadas em 1917, são exemplos significativos dessa posição. Em *Problema Vital* (obra que reúne um conjunto de ensaios jornalísticos), as atenções de Lobato estavam voltadas para identificar os agentes causadores das doenças que acometiam o caboclo. Como um ser doente – e não degenerado – o caboclo deveria ser medicado e, sendo purificado, poderia exibir os seus atributos positivos. Caberia ao Estado urgentemente reabilitar esse tipo brasileiro. Portanto, a “*questão posta era sanear ou perecer*” (p. 95). A proposta salvacionista era dada, portanto, pela voz da ciência médica entrelaçada com a ação política. Trata-se de uma tese que representava uma saída para o dilema em que a intelectualidade brasileira se encontrava no momento: “ou doença ou incapacidade racial”. Ao optar pela doença do “Jeca”, apontava-se também pela reversibilidade dos “problemas nacionais”, contrariando um dos postulados essenciais do “determinismo racial” e da teoria galtoniana: a hierarquia entre “raças diferentes”.

A crença de que era possível regenerar física e moralmente uma raça não ficou restrita ao campo. A cidade também apresentava “fatores disgênicos”, como a libertinagem, os vícios, a luxúria, o desregramento moral e as más condições higiênicas. Como tal, era necessário ser “policiada eugenicamente”. Esse discurso, desenvolvido principalmente pelos médicos Renato Kehl e Amadeu Amaral, terminou por refugiar-se muito mais em argumentos pedagógicos e de forte cunho moralizador do que propriamente “científicos”.

No decorrer da Primeira República, os discursos em torno da identidade nacional, elaborados com base nos conceitos de raça, meio e doença, marcados por forte acento moral, adquirem novas formulações, as quais não necessariamente entraram em disputa com as existentes. Há uma fragmentação do discurso eugênico dentro do próprio “movimento”, o que demonstra tanto a inexistência de sínteses de idéias, quanto a associação de noções contraditórias para conceber as fabulações acerca da “identidade nacional”. Exemplos marcantes dessa multiplicidade de vozes podem ser encontrados no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) e na literatura ficcional. No referido Congresso, Edgar Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca, dois antropólogos do Museu Nacional, apontaram para a impossibilidade de se pensar a eugenia, em moldes galtonianos, como um projeto viável para a nação. Para eles, o caráter racialmente mestiço da população brasileira não era

um impeditivo ao florescimento do progresso social. O problema nacional era de ordem organizacional – o abandono das populações do interior do país, ainda expostas a doenças seculares. Portanto, uma questão de política sanitária e educativa. Por sua vez, a literatura ficcional – representada pelo romance *Memórias sentimentais de João Miramar* (Oswald de Andrade) – ironiza a construção de uma nacionalidade fundada nos corpos viris.

O capítulo três, *Conexões*, está dedicado a pensar as concepções eugênicas e higienistas no Rio Grande do Sul. Em uma região de forte imigração “branca”, esse estado representava, para grandes setores da intelectualidade brasileira – como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna –, a realização de um “projeto de arianismo tropical”. Para eles, o Rio Grande do Sul estaria, em poucas décadas, à frente dos demais Estados brasileiros por causa do rápido branqueamento racial provocado pelo cruzamento das “raças inferiores” (pretos e índios) com o grande volume de “elementos da raça superior” (no caso, os alemães) que ingressavam na região. O caráter antitético do gaúcho e do sertanejo foi realçado por Euclides da Cunha. Embora considerasse o sertanejo como o cerne da nacionalidade brasileira, o autor de *Os Sertões* viu no gaúcho a encarnação épica de um tipo nacional superior por não conhecer “os horrores da seca e os combates cruentos com a terra árida e exsicada”. No entanto, o processo de branqueamento no Rio Grande do Sul era também motivo de preocupação, pois a intensa miscigenação levaria a um desequilíbrio regional, o que poderia causar a independência dos estados do sul em relação ao resto do país.

Tendo em vista a singularidade “racial” da região e o “narcisismo do gaúcho” (expressão de Gilberto Freyre), era de se esperar que houvesse um bloqueio da intelectualidade sulina à reflexão crítica sobre a importância da ação saneadora nesse estado. Mas, como argumenta Éder Silveira, a análise dos discursos elaborados pelos médicos gaúchos revela o contrário. A “institucionalização do saber médico” no Rio Grande do Sul caracterizou-se pelo influxo do pensamento eugenista e higienista dirigido principalmente para a cidade, procurando torná-la um espaço totalmente racionalizado, livre das infecções, das moléstias e da sujeira. Caberia ao Estado assumir a função de defensor da saúde pública, em prol do desenvolvimento da força produtiva. “Aos olhos dos higienistas-eugenistas, cumpria que o Estado brasileiro centralizasse as decisões sobre saúde pública, tornando, assim, o povo brasileiro ‘hígido’; logo, mais apto ao trabalho, o que deveria representar um ganho ao país em condições materiais para a busca do ‘progresso’. A exigência era de que, na prática, o Estado usasse a força combinada a campanhas de ‘conscientização sanitária’. (...) A higiene e a eugenia eram vistas como saberes que deveriam ser naturalizadas pela população” (p. 144-5). Havia no discurso médico uma intensa preocupação com a educação dos jovens, pelo reerguimento moral e preservação das futuras gerações. Para alcançar o ideal de perfectibilidade humana, seria necessário garantir a hereditariedade, seja mediante a conscientização da população, seja pela ação enérgica do Estado. Assim, preocupados em criar um “tipo superior de homem”, os médicos gaúchos propunham a articulação de dois fatores: cuidado com a infância, mediante a puericultura, e as campanhas de “esclarecimento da população”. A escola passa a ser vista como um local tanto da obser-

vação, quanto da ação higienizadora e moralizadora. O discurso higienista-eugenista deslocou, portanto, a análise do determinismo racial para questões da doença e desigualdades sociais. Nesse aspecto, consciência sanitária tornava, na época, o Rio Grande do Sul ainda mais participante da nação, na medida em que unificava o sul e os demais Estados não só pelas doenças, que atacavam igualmente a todos, mas também pela consciência de que a cura de todos colocaria o país nos trilhos do “progresso”.

Por último, cabe observar que o texto de Éder Silveira tem, como ele mesmo observa, características de um “ensaio”, no qual, lidando com fragmentos ao invés de completudes, busca-se a abertura de problemas e não conclusões definitivas.

Paulo César Alves
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.
paulo.c.alves@uol.com.br

SAÚDE COLETIVA E PROMOÇÃO DA SAÚDE: SUJEITO E MUDANÇA. Carvalho SR. São Paulo: Editora Hucitec; 2005. 183 pp.

ISBN: 85-2710681-7

O livro *Saúde Coletiva e Promoção da Saúde: Sujeito e Mudanças* é o resultado da investigação de doutorado de Sérgio Rezende Carvalho, realizada na Universidade Estadual de Campinas e parcialmente no Canadá. Vale a pena estudá-lo, já que ele joga luz sobre o contexto cultural sanitário brasileiro e internacional, além de analisar teorias contemporâneas sobre a Saúde Coletiva e Promoção da Saúde. Toma como objeto de estudo as correntes de Promoção da Saúde canadense e da Saúde Coletiva brasileira.

Aspectos metodológicos de investigação

O autor reflete sobre o esgotamento do paradigma biomédico, a mudança do perfil epidemiológico e os novos desafios sócio-políticos e culturais das últimas décadas que ensejam o aparecimento de novas formulações sobre o pensar e o fazer sanitários. Nesse estudo, considera paradigma e modelo teórico conceitual como sinônimos. Na escolha do objeto, assumiu, como pressuposto, a idéia de que a atualização dos paradigmas sanitários no Brasil de hoje demanda um esforço transdisciplinar, que elucida as relações naturais e sociais embutidas no objeto saúde. Pensar a saúde hoje passa por pensar o indivíduo em sua organização da vida cotidiana, tal como esta se expressa, através não só do trabalho, como também do lazer – ou da sua ausência. O investigador procurou, ao longo do trabalho, apontar limites e avanços para se pensar a mudança e a produção dos sujeitos na saúde. Sugere elementos e questões que julga pertinentes para se pensar uma proposta que consolide e radicalize os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), sobre o qual aporta rápidas considerações. A seguir, comenta elementos do ideário neoliberal que põem à prova a capacidade do SUS de vir a se consolidar como um projeto radicalmente comprometido com a mudança social e com a produção da saúde, sabendo que ele forma um amplo conjunto de políticas públicas no âmbito democrático e popular. Há na presente literatura uma contextualização do seu atual seguimento dentro do